

No jornalismo não há fibrose: a ruína das fontes, o denunciamento e a opinião pública¹

Felipe Pena² (professor adjunto da UFF)

RESUMO: O artigo³ envereda pela análise das conseqüências do denunciamento na atividade jornalística, principalmente na construção da opinião pública e na relação com as fontes. Como pano teórico, além de uma reflexão sobre a ética, propomos os estudos da Escola dos Anais, na França, que apontam a “ruína das fontes” como um dos principais problemas dos jornalistas, a quem chamam de historiadores do presente. A análise é permeada por exemplos recentes, como os casos “Ibsen Pinheiro” (Brasil), “Casa Pia” (Portugal) e “Larry Rother” (Brasil – Estados Unidos). Nossa hipótese é a de que o denunciamento é apenas a ponta de um longo processo de desgaste da atividade jornalística perante o público, cujas conseqüências mais imediatas já podem ser sentidas nas mudanças de relacionamento dos jornalistas com suas fontes e em novas regras de conduta determinadas pelas redações.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo; história; fontes; opinião pública.

.....

No jornalismo, não há fibrose. O tecido atingido pela calúnia não se regenera. As feridas abertas pela difamação não cicatrizam. A retratação nunca tem o mesmo espaço das acusações. E mesmo que tivesse, a credibilidade do injustiçado não seria restituída, pois a mentira fica marcada no imaginário popular. Quem tem a imagem pública manchada pela mídia não consegue recuperá-la. Está condenado ao ostracismo.

Faço questão de lembrar o caso da Escola Base para exemplificar este raciocínio. O dono da instituição de ensino foi acusado de pedofilia, teve seu nome publicado nos jornais, mas acabou inocentado, pois se verificou que tudo não passava de uma manipulação de informações. Entretanto, vale perguntar: mesmo sabendo que o dono é inocente, quem matricularia seu filho nesta escola? Na maioria das vezes, responder com sinceridade a esta questão significa verificar que a fibrose realmente é impossível no jornalismo.

Somos cruéis em nossos julgamentos. Na maioria das vezes, esquecemos que eles são mediados. Se não forem pela imprensa, podem ser pelos nossos próprios preconceitos,

¹ Trabalho apresentado ao NP 02 – Jornalismo, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom;

² Jornalista. Doutor em Letras pela PUC-Rio. Professor do mestrado e doutorado em comunicação da UFF. Na graduação, leciona teoria da comunicação e telejornalismo.

³ Adaptação de dois capítulos do livro Teoria do Jornalismo, editora Contexto, 2005.

pelo inconsciente ou pela linguagem. Em quase todos os casos, são por todos esses fatores juntos. Os maniqueísmos se apresentam e o veredicto acaba se resumindo à velha luta entre o bem e o mal. Só que os indivíduos são muito mais complexos do que isso.

A identidade é descentrada e fragmentada. Tem lugar para contradições e ambigüidades.⁴ Classe, gênero, sexualidade, etnia, nacionalidade, raça e outras tantas identificações formam uma estrutura complexa, instável e, muitas vezes, deslocada. Nas contradições e deslocamentos estão os fractais da identidade⁵. Ninguém é totalmente bom ou totalmente ruim, mas sim a soma de todos os seus fractais. Definições totalizantes e verdades absolutas revelam apenas a mais torpe forma de arrogância. E são a causa de julgamentos precipitados.

Não há como discutir ética sem levar em conta os conceitos acima. É preciso perceber que as fronteiras teóricas da atualidade são muito tênues. Não há mais lugar para definições messiânicas, utilizadas de forma maniqueísta para satisfazer as simplificações conceituais. O que chamamos de conduta ética refere-se à interpretação de uma determinada atitude. E essa própria atitude pode ser construída e reconstruída de acordo com o parâmetro da interpretação, já que está inserida em uma teia de conexões e complexas estruturas. Como o jornalismo.

Uma das definições mais criativas de ética jornalística foi esculpida no livro *A regra do jogo* pelo colega Cláudio Abramo: “Sou jornalista, mas gosto mesmo é de marcenaria. Gosto de fazer móveis, cadeiras, e minha ética como marceneiro é igual à minha ética como jornalista – não tenho duas. Não existe uma ética específica do jornalista: sua ética é a mesma do cidadão.”⁶

Abramo rejeita uma conduta específica para a profissão. Para ele, os valores inerentes à ética só fazem sentido se estiverem inscritos no conjunto da sociedade, como um sistema interligado. Não é possível estabelecer critérios para um determinado grupo se eles entrarem em conflito com as idéias e as representações da coletividade. Como ter um código para os jornalistas se, por exemplo, ele estiver em confronto com o código penal? Então, prevalecem os valores consensuais.

⁴ Hall, p.12.

⁵ Pena, p.57.

⁶ Abramo, p. 109.

Os valores, no entanto, precisam estar balizados. Ou seja, precisam de referências. E as referências acabam sendo expostas em normas. É nesse ponto que está a grande dificuldade. Em geral, o indivíduo é julgado como ético se seguir os valores vigentes em seu tempo e seu lugar, adequando-se à moral de seu grupo social. Mas o que acontece se ele se basear em ideais que não correspondem aos valores prevalecentes no seu meio? Será considerado anti-ético? Ou, pelo contrário, ficará marcado como um homem à frente de seu tempo? Neste caso, se existe uma ética individual, como constituir uma ética para reger o grupo? A resposta não é simples.

Para Marilena Chauí, “ética é aquela parte da filosofia que se dedica à análise dos próprios valores e das condutas humanas, indagando sobre seu sentido, sua origem, seus fundamentos e finalidades.”⁷ Ou seja, voltamos à questão proposta anteriormente: a interpretação. Indagar sobre sentido, origens e fundamentos é interpretar os valores de acordo com seus balizadores. É o que vai dar melhores subsídios, embora não definitivos, para identificar uma atitude anti-ética.

Na teoria, a palavra grega *ethos* significa aquilo que é predominante nas atitudes e sentimentos dos indivíduos de um grupo, mas também é o espírito que move a coletividade. Seu plural é *ta ethé*, cujo significado está ligado aos costumes de uma sociedade. E costume também está na origem da palavra moral, que vem do latim *moris*.⁸ Enfim, há sempre uma ligação intrínseca entre o indivíduo e a comunidade. Daí minha preferência, como exemplo metafórico, pela anedota de Heráclito, relatada por Diógenes Laércio e citada por Muniz Sodré no Livro *Ética na Comunicação*.⁹

A cena é uma importante reunião política. Subitamente, Heráclito retira-se dela e vai em direção ao Templo de Artemísia. Os efésios o seguem e, quando chegam ao templo, têm uma surpresa: Heráclito está jogando dados com uma criança. Diante da perplexidade geral, ele proclama:

- Patifes, por que estão olhando espantados? Não percebem que isso é muito melhor do que fazer política com vocês !!!

⁷ Chauí apud Gomes, p.17

⁸ Sodré, p. 51.

⁹ Idem.

Para Sodré, não há recusa da política nessa história, apenas a certeza de que ao jogar dados com as crianças no templo, Heráclito está mais próximo dos Deuses e da fonte da ética comunitária. Assim, restabelece o vigor original da política. A história é belíssima e se aproxima do conceito de comunicação comunitária, tão caro ao professor Muniz. A política, assim com a ética, deve ser exercida no seio da comunidade. É nela que os primeiros reflexos da ausência de ambas são sentidos. Como pôde verificar, na prática, o ex-deputado gaúcho Ibsen Pinheiro.

Em novembro de 1993, Ibsen era forte candidato à presidência da república quando a revista *Veja* (a maior do Brasil e a quarta do mundo em circulação) publicou uma reportagem acusando-o de participar da quadrilha responsável pelo desvio de verbas no orçamento federal. Sob o título “Até tu, Ibsen?”, a capa da revista trazia o seguinte subtítulo: “um baluarte do congresso naufraga em dólares suspeitos”. Nas páginas interiores, outro sub-título denunciava a quantidade da suspeita: “A CPI descobre que o deputado Ibsen Pinheiro movimentou 1 milhão de dólares em sua conta e derruba um símbolo do legislativo.” A Manchete da reportagem era quase um veredicto: “Uma estrela na lama”.

Não é preciso uma análise semântica mais profunda para verificar o tom condenatório da reportagem. As palavras escolhidas são suficientemente conclusivas. O deputado está na lama. Naufraga em dólares suspeitos. Só que um erro grosseiro sustentava as metáforas: a quantia de um milhão era, na verdade, mil dólares. Fato que, segundo o jornalista Luis Costa Pinto, editor de *Veja* na época, foi descoberto pela revista antes da publicação, mas ignorado pelos seus superiores, que não queriam arcar com os prejuízos de mudar a capa. Onze anos após a reportagem, Costa Pinto trouxe a estória de volta ao noticiário, denunciando não só a revista como seu ex-editor executivo, Paulo Moreira Leite, que teria sugerido ao repórter encontrar um membro da CPI do orçamento para confirmar a quantia falsa. Na versão de Luis, o valor foi confirmado pelo deputado Benito Gama, que na época era coordenador da subcomissão de bancos da CPI. Assim, a informação estaria avalizada por uma fonte oficial e a capa não precisaria ser mudada.

A revista *Isto É*, uma das principais concorrentes de *Veja*, publicou a estória com destaque. Os mais importantes jornais do país repercutiram o depoimento de Luis Costa Pinto. Ibsen Pinheiro foi absolvido pela mídia nacional com onze anos de atraso. Tereza

Cruvinel, umas das principais colunistas de política do país, concluiu que o ex-deputado “colheu o reconhecimento tardio de que houve erro numa das reportagens que fundamentaram o processo de sua cassação”¹⁰. Alberto Dines, do alto de seu Observatório da Imprensa, foi poético na metáfora: “Nosso Dreyfus foi pisoteado por causa de uma solerte mentira e não apareceu nenhum Zola ou Clemenceau para berrar que aquilo era falso, balela, intriga dos rivais políticos ou estúpido erro de aritmética”¹¹. E até Jô Soares abriu seu famoso programa de entrevistas para a defesa de Ibsen. Mesmo assim, queria propor duas perguntas para a reflexão: 1- A retratação foi suficiente para reparar os prejuízos sofridos por Ibsen? 2- A revista *Veja* foi a verdadeira, ou pelo menos a única, culpada pela barriga?

Vou começar pela segunda questão. Não tenho a menor intenção de defender a revista *Veja*, mas é difícil entender porque o repórter demorou onze anos para se retratar. Ele pode até alegar que sucumbiu à pressão da empresa na época, mas poderia ter feito o *mea culpa* logo que saiu da revista. A *Isto É* também não pode receber o título de baluarte da ética, pois publicou a mesma manchete. E procedimento idêntico tiveram jornais importantes como a *Folha de São Paulo* e o *Estadão*. Além disso, o deputado Benito Gama e os quatro jornalistas citados por Luis Costa Pinto negam a sua versão. O próprio Ibsen afirma que o repórter pediu auxílio a ele para se lembrar de alguns fatos. Como abandonou a reportagem e enveredou pela assessoria parlamentar e o *lobby* político como atividades profissionais, Costa Pinto pode, no mínimo, ser questionado sobre a possibilidade de suas declarações servirem a interesses partidários.

Tudo é, no mínimo, muito estranho, mas o fato concreto é que o deputado Ibsen Pinheiro foi o verdadeiro prejudicado. E assim respondo à segunda questão, concluindo que ele jamais irá recuperar o momento político em que vivia na época, quando era uma dos mais fortes candidatos à presidência da república. Sua carreira foi interrompida por erros da imprensa, e não há como retomá-la. Recentemente, ele foi o vereador mais votado na eleição municipal em Porto Alegre, sua cidade natal. Mas isso é muito pouco para quem estava cotado para o Palácio do Planalto. Para muitos dos que tomaram conhecimento da

¹⁰ O Globo, 14 de agosto de 2004.

¹¹ www.observatiodaimprensa.com.br . Veiculado em 17 de agosto de 2004.

retratação, ainda há dúvidas sobre sua inocência. Como disse, em jornalismo não há fibrose, pois as feridas abertas pela difamação jamais cicatrizam.

Também não há graduações quando o assunto é falta de ética. Pode causar a ruína de uma carreira, como foi o caso Ibsen, ou algumas manchas no currículo. Não importa. Mesmo que a indignação seja maior em exemplos como o da Escola Base, as penalidades não devem ser menos rígidas para casos como o da reportagem de Larry Rother sobre o presidente Lula, publicada no *New York Times* em 2004. Rother escreveu sobre o suposto excesso de Lula com bebidas alcoólicas, mas só ouviu fontes notoriamente contrárias ao presidente e interessadas em manchar a sua imagem. Foi anti-ético e merecia ser punido. Mas de que forma, se não existe legislação específica? Um processo por difamação demoraria anos e o sujeito ainda é estrangeiro. O que fazer, então?

Atormentado, o governo reagiu de forma exagerada e inadequada. O visto do correspondente americano foi suspenso e a opinião pública, que estava solidária ao presidente, voltou-se contra ele. Apenas como parênteses, há dúvidas se um conselho de jornalismo, por exemplo, teria legitimidade para punir Rother, mas a inexistência de um fórum adequado foi ainda mais desastrosa. Entretanto, o que realmente interessa neste artigo é discutir como se forma a opinião pública e se ela se baseia em preceitos éticos.

Qualquer consenso é muito perigoso, e deve ser relativizado. Na década de 1920, Walter Lippmann, autor do célebre livro *Public Opinion*, já alertava que a democracia é um sistema essencialmente falho, pois o povo só conhece o mundo de forma indireta, através de imagens que forma por intermédio da imprensa. Para Lippmann, essas imagens são distorcidas e marcadas pelas irremediáveis fraquezas do jornalismo, portanto, apenas reforçam a ignorância. A opinião pública, então, acaba facilmente manipulada. E a forma mais utilizada para a manipulação é recorrer a padrões maniqueístas de análises. “Os cidadãos são como espectadores de teatro que chegam no meio do terceiro ato e vão embora antes da última cortina, ficando no local apenas o tempo suficiente para decidir quem é o herói, quem é o vilão,”¹² conclui Lippmann. O problema é que essa decisão também está condicionada.

O presidente George W. Bush foi um dos governantes que mais utilizou o maniqueísmo para manipular a opinião pública. Curiosamente, essa foi a mesma arma

¹² Lippman apud Traquina.

usada contra ele por seus inimigos. Bush usou o medo do terrorismo para fazer sua campanha à reeleição, diferenciando os que são a favor ou contra a América pelo critério de adesão ou não às decisões de seu governo. A imprensa americana embarcou na onda. Um ano após a guerra do Iraque, o próprio *New York Times* reconheceu que errou ao concordar com o presidente sobre a presença de armas químicas no país. Em um editorial, o jornal admitiu que não ouviu opiniões discordantes e baseou sua “certeza” em altos funcionários da inteligência. Além disso, assim como quase todos os outros veículos de imprensa, também não publicou as declarações de jovens soldados dizendo que não queriam voltar para o Iraque, conforme mostrou o filme *Fahrenheit 11* de setembro.

Aliás, esse filme também é um clássico exemplo de falta de ética. Minha hipótese, no entanto, é a de que não foi só a imprensa (ou o cineasta Michael Moore) a faltar com o decoro. Defendo a tese de que, em determinado momento, o próprio povo americano não estava interessado na verdade, mas sim em ter um inimigo para combater. A ética ficou em segundo plano. Da mesma forma, os inimigos de Bush não se preocuparam com a veracidade das informações veiculadas por Michael Moore, pois o objetivo era destruir o presidente. Ou seja, partiu-se da estúpida lógica de que os fins justificam os meios.

Mesmo sem ter a menor simpatia por Bush, é possível citar pelo menos 10 mentiras no filme de Moore. Mas vou ficar apenas com duas para não me alongar: 1- A informação de que Bush passou 42% dos primeiros oito meses de mandato em férias contabiliza os fins de semana em Camp David e até feriados. O número correto seria 13%.¹³ 2- A insinuação de que Bush recebeu delegados do Talibã quando era governador do Texas também não procede. Na verdade, eles visitaram a empresa Unocal para tratar de um projeto sobre um gasoduto, que, inclusive, foi apoiado pelo presidente Clinton.

O que quero mostrar é a convivência da própria opinião pública com a falta de ética. E isso só aumenta o perigo. Com o suposto objetivo de fazer o que se considera justo (derrubar Bush, por exemplo), as mensagens dos detratores do presidente valem-se dos próprios métodos que condenam. E a opinião pública “compra” essas mensagens até com mais facilidade, pois elas vêm carregadas de espetacularização e reforçam os preconceitos e

¹³ o jornalista Ali Kamel escreveu brilhante artigo sobre o tema na página de opinião de O Globo em 10 de agosto de 2004.

estereótipos. A verdade acaba esquecida, ofuscada pelo panfleto e pelo drama. A ética é pisoteada pelo maniqueísmo.

Foi assim também no processo Casa Pia, em Portugal, que apurou o envolvimento de personalidades em um escândalo de pedofilia. Durante o processo, apareceu uma carta anônima incriminando o presidente Jorge Sampaio. O *Jornal de Notícias*, um dos mais importantes do país, publicou a notícia e, em duas semanas, a popularidade do Chefe de Estado caiu 10 pontos. A autoridade mais importante da República, que também é uma instituição, pode e deve ser investigada. O que não pode é ficar à mercê de denúncias anônimas. O caso teve tanta repercussão em Portugal que gerou discussões sobre alterações da lei de violação do segredo de justiça. A ex-presidente do sindicato dos jornalistas, Diana Andriga, chegou a dizer que o processo Casa Pia estava sendo julgado não pelos juízes, mas pelos profissionais da imprensa, “alguns dos quais orientados por critérios alucinados.”¹⁴ Ela chamou os colegas de corporativistas e os acusou de “fazer a inquisição e encontrar pedófilos em todas as esquinas.”¹⁵ Mas os jornais venderam como nunca. Ou seja, a população foi agendada pelos acontecimentos veiculados na mídia e se fascinou com eles.

A imprensa portuguesa também acabou fazendo um *mea culpa*, assim com o *New York Times* no caso da inexistência de armas químicas no Iraque. Como consequência, muitos jornais determinaram mudanças nas relações de seus repórteres com as fontes. O *The Washington Post*, por exemplo, estabeleceu novas regras para o uso de fontes confidenciais e declarações em suas páginas. Um grupo de trabalho liderado pelo editor executivo Leonard Downie Jr, criou os seguintes procedimentos¹⁶:

1. Todas as declarações devem ser transcritas exatamente como foram colhidas pelos repórteres.
2. Se o repórter quiser utilizar uma fonte confidencial, sua identidade deverá ser revelada pelo menos um editor.

¹⁴ Jornal O Público, em 22 de janeiro de 2004.

¹⁵ Idem

¹⁶ In: O Globo de 21 de fevereiro de 2004, p. 30.

3. Entrevistas em off, sem que a fonte se identifique de forma alguma, não serão mais publicadas. É recomendável ao repórter que não se envolva mais nesse tipo de conversa.
4. Informações sem atribuição de fonte, mas com algum tipo de identificação, podem ser utilizadas desde que respeitada a regra 2. Exemplo: “um funcionário da Casa Branca disse...”

O objetivo do *Washington Post* foi evitar a perda de credibilidade que um escândalo como de Jayson Blair, que inventou fontes em suas reportagens, poderia acarretar. Mas será que as medidas são suficientes? Além disso, será que Blair foi o primeiro repórter a inventar declarações?

O historiador Jean Lacouture aponta a ruína das fontes como um dos principais problemas do jornalista, a quem chama de historiador do presente. Segundo ele, ao mesmo tempo em que o computador é capaz de, quase instantaneamente, fornecer ao editor de um jornal tudo que já foi publicado sobre determinado assunto, a diversidade das fontes torna o resultado final pouco confiável. Ao multiplicar as possibilidades, a informática multiplica também os riscos. E quando a fonte é testemunhal, é preciso estar atento aos interesses e pressupostos que a norteiam. Para Lacouture, “não há grupo, personagem ou instituição que não tenha seus segredos a preservar e que não responda à revelação intempestiva com a ocultação definitiva.”¹⁷

O teórico Michel de Certeau, em debate com outros integrantes da Escola dos Anais, na França, também chama a atenção para a necessidade de refletir sobre a produção dos fatos, alertando que a metodologia histórica sempre “insistiu mais no inventário, na classificação e no tratamento das fontes do que na construção do discurso.”¹⁸ Para Certeau, a história é a arte da encenação, uma operação que compreende a relação entre o lugar do discurso, os procedimentos de análise e a construção de um texto. Ou seja, “a combinação de um lugar social, de práticas ‘científicas’ e de uma escrita”¹⁹

¹⁷ lacouture, p. 228.

¹⁸ Mesa redonda, Certeau, pág.20.

¹⁹ Certeau, pág. 66

A história, assim como o jornalismo, não reconstitui a verdade, mas ajuda a construí-la. Certeau defende o modelo subjetivo, pelo qual toda interpretação histórica depende de um sistema de referência. O lugar de onde se fala está no centro das discussões. Mais do que o público, são os pares do historiador os destinatários da obra. Uma prática ligada a métodos que protegem um determinado grupo de letrados. O saber está ligado ao lugar e deve submeter-se às suas imposições, à lei do grupo. Para Certeau, é impossível analisar o discurso histórico fora da instituição em torno da qual ele se organiza.

Neste sentido, a operação jornalística carrega a ilusão de traçar o caminho contrário, já que é destinada ao grande público, mas suas leis também são regidas por um grupo, que se organiza em preceitos epistemológicos e padroniza o trabalho em manuais de redação e códigos entre os pares. E em ambas as operações, histórica e jornalística, fica patente a natureza lacunar do discurso. Não podemos ignorar o que ignoramos do passado. A história é o que ainda podemos saber dela, nada além disso.

O jornalismo torna-se uma atividade perigosa quando se reserva o direito de não revelar as suas fontes alegando a intenção de protegê-las. É claro que essa opção pode ajudar a desvendar casos importantes como o *watergate*, mas também pode produzir grandes distorções, como o já citado caso das falsas reportagens feitas por Jayson Blair para o *The New York Times*, em 2003. O próprio jornal desmascarou seu repórter, acusando-o de inventar testemunhas e falsificar declarações, mas não custa nada repetir a pergunta: quantos casos não desvendados terão existido antes desse?

Nos Estados Unidos, em 2004, o juiz Thomas Penfield Jackson condenou cinco jornalistas a pagar uma multa diária de quinhentos dólares até que revelassem as fontes de suas reportagens sobre o caso Wen Ho Lee, um cientista acusado de espionagem e inocentado pela justiça. Da mesma forma, um outro juiz, Thomas Hogan, condenou o jornalista Mathew Cooper, da revista *Time*, a pagar multa e ficar em prisão domiciliar enquanto não identificasse seus informantes. Como vemos, a questão do anonimato das fontes está longe de ser uma unanimidade. Mas é defendida pelas principais instituições de representação dos jornalistas, como a organização Repórteres sem Fronteiras, por exemplo.

As fontes também podem manipular o jornalista e agendar os meios de comunicação. E não me refiro a assessorias de imprensa ou outras empresas especializadas em divulgação. Uma fonte oficial pode divulgar uma determinada notícia para amenizar o

impacto de outra, que deseja ocultar. Um ótimo exemplo está registrado no livro *Pragmática do jornalismo*, do professor Carlos Chaparro, que analisa uma entrevista coletiva concedida pelo então presidente da FIFA, João Havelange, pouco antes da Copa de 1990. Na época, o presidente conseguiu espaço na mídia esportiva de todo o mundo ao anunciar sua intenção de mudar as regras do futebol, dividindo o jogo em quatro tempos de 25 minutos, mas, um ano depois, não teve o menor pudor de revelar suas verdadeiras intenções em uma outra entrevista: “O meu objetivo, plenamente atingido naquela ocasião, era desviar a atenção da imprensa sobre a demora das obras nos campos da Itália às vésperas da Copa”²⁰.

No ciberespaço, a relação com as fontes complica-se ainda mais, pois elas também podem ser produtoras diretas de conteúdo, sendo, portanto, informantes com potencial incalculavelmente multiplicado. Basta que tenham um simples blog na Internet. Muitas vezes, os titulares desses blogs também são jornalistas, o que é ainda mais complicado. Como, então, encontrar critérios de confiabilidade diante da arquitetura descentralizada da rede? Essa pergunta, no entanto, só tem cabimento sob a perspectiva do jornalismo clássico, em que os veículos tradicionais detêm o monopólio da mediação. Hoje, através da tecnologia, as entidades procuram prescindir da mediação jornalística para estar no espaço público. Conforme conclui o professor Elias Machado, isso enfraquece o velho vício dos setoristas de jornais de recorrer às fontes oficiais para facilitar o trabalho na redação, pois, agora, o contraditório tem a possibilidade de surgir com muito mais velocidade e visibilidade. Ou seja, se está na Internet, por princípio já é de domínio público.²¹

Por outro lado, recorrer ao ciberespaço como fonte pode acarretar distorções produzidas por esses mesmos setoristas. Um exemplo disso é a forma recorrente com que alguns repórteres estão utilizando o *orkut*, um site de relacionamentos da *google*, para traçar o perfil dos personagens de suas matérias. Um dos recursos mais usados é o *testimonial*, onde os amigos do personagem deixam registradas declarações sobre ele. É óbvio que a validade desses testemunhos deve ser questionada. Primeiro porque são escritos exclusivamente por amigos, familiares ou pessoas próximas. Segundo, porque a

²⁰ Chaparro, p.67

²¹ IN: O ciberespaço como fonte para os jornalistas

declaração só é veiculada se o personagem autorizar. Ou seja, só vamos encontrar uma opinião desfavorável se o sujeito for um masoquista ou gostar do achincalhamento público.

Um exemplo clássico da utilização do *orkut* como fonte ocorreu quando o português Tiago Verdial, ex-funcionário da empresa de investigações *Kroll Associates*, foi preso pela polícia federal brasileira, acusado de monitoramento ilegal e de corrupção de servidores públicos.

O Globo, sob o título "Amigos do Orkut vêem Verdial como confiável", teceu as seguintes considerações sobre o português:

"A página de Verdial no Orkut revela que ele é um garotão *bon vivant* e considerado pelo circuito dourado dos amigos e amigas, muitas amigas, 80% confiável. (...) No Orkut, Verdial tem 145 amigos e é chamado por alguns de Portuga. 'Araponga escamoso' também foi um termo utilizado por um amigo, que o definiu como 'um cara supertranquilo e pacato, que nunca arruma confusão e que nunca coloca em perigo a integridade física dos amigos'. Ironia ou não, as mensagens disponibilizadas para o público dão conta de um Verdial bastante querido pelos amigos. Alguns inclusive enviaram mensagens depois da prisão. 'Estamos aqui pro que precisar. Fica bem', escreveu uma das amigas.

"Em seu perfil, o português se definiu como agnóstico, com visão política de centro e senso de humor sarcástico, mas também amigável. Fuma regularmente, bebe ocasionalmente e mora sozinho. Pratica basquete e tênis. Afirmou que sua profissão é consultor, e que gostaria de utilizar o Orkut para fazer mais amigos e negócios. (...) Na seção reservada para testemunhos de amigos, um deles escreveu: 'O portugua tem escrito no meio da testa: `sou uma figura`.'" ²²

Já a *Folha de São Paulo*, sob o título "Em e-mail, espião disse que o papai do céu o protegia", revelou:

"Em sua página na Orkut, o novo centro de discussões na internet, o ex-funcionário da Kroll preso no sábado, o português Tiago Verdial, diz gostar de Cartola, Nelson Sargento e Clara Nunes. Na quinta, antes de ser preso e no dia em que a *Folha* revelou que a Kroll espionava o governo, disse a colegas por e-mail, de seu

²² IN: O Globo de 26 de julho de 2004

apartamento na Urca, no Rio. ‘Já li a matéria, tô passado. E o crack luso [uma referência a ele próprio] não foi citado!!’. No texto, Verdial avalia duas alternativas: seu nome seria mencionado numa próxima reportagem ou, segundo suas próprias palavras, ‘papai do céu tá me protegendo e nunca serei lembrado. Gostei da 2ª opção’. No final da mensagem, convoca os amigos: ‘Alô, Alô, moçada do Rio, hoje é quinta-feira vamos pro samba?’ Esse é o ‘espírito’ de Verdial, contaram seus amigos à *Folha*: alegre e expansivo demais para a imagem que leigos no assunto associam a espíões.”²³

Alguns jornalistas chegaram a enviar e-mails para os amigos orkuteiros de Tiago com perguntas mais específicas. Vale a ironia: será que desvendaram o caso?

A conclusão deste artigo não é muito otimista. O denunciamento é apenas parte do preço que a sociedade paga pela lógica comercial da produção de notícias. Ele está na ponta um longo processo de desgaste da atividade jornalística, cujas conseqüências mais imediatas já podem ser sentidas nas mudanças de relacionamento dos jornalistas com suas fontes e em novas regras de conduta determinadas pelas redações. Mas há dúvidas sobre a eficácia dessas medidas na instauração de um jornalismo mais ético e responsável.

Como o tecido atingido pela calúnia não se regenera, as feridas abertas pela difamação não cicatrizam. Não há fibrose no jornalismo e a sociedade sabe disso. Para uma instituição que deveria mediar o espaço público contemporâneo, a opinião que o próprio público tem sobre ela não é das melhores. Kovach e Rosenstiel citam pesquisa do Comitê dos Jornalistas Preocupados realizada em 1999 cujos dados revelam que apenas 21% dos americanos acreditam que a imprensa está realmente preocupada com as pessoas. Em 1985, esse índice era de 41%. Os números também são preocupantes no que concerne ao papel de vigilância da imprensa: em 1985, 67% dos americanos acreditavam nele; em 1999, apenas 58%. E só 45% acham que a imprensa protege a democracia, um índice que diminuiu 10 pontos em relação a 1985. ²⁴

A notícia é um produto à venda e está exposta na vitrine do capitalismo industrial. Como define Ciro Marcondes Filho, no livro *O capital da Notícia*, “ela é a informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos estéticos, emocionais e

²³ In: Folha de São Paulo de 26 de julho de 2004.

²⁴ Kovach e Rosenstiel, p.19.

sensacionais.”²⁵ O público é tratado com um consumidor inserido na lógica comercial, que fabrica ícones e veicula situações inusitadas ou irreverentes. Em outras palavras, entretenimento e espetáculo.

Muito pouco para quem espera um sentido de relevância pública nas notícias. Ou, pelo menos, a cicatrização de antigas feridas.

Referências bibliográficas:

- ABRAMO, Cláudio. **A regra do jogo. O jornalismo e a ética do marceneiro.** S.P. Cia. das Letras. 1999.
- CERTEAU, Michel De. **A escrita da história.** Rio de Janeiro. Forense. 1982.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo.** São Paulo, Summus, 1993.
- GOMES, Mayra. **Ética e jornalismo; uma cartografia dos valores.** S.P. Escrituras. 2002.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** R.J. Dp&a 2000.
- KOVACH, Bill & ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo.** S.P. Geração editorial. 2003.
- LACOUTURE, Jean. “A história imediata.” In: LE GOFF, Jacques. **A história nova.** S.P. Martins Fontes. 1990.
- LIPPMANN, Walter. **Public Opinion.** New York. Free Press. 1922.
- MACHADO, Elias. **O ciberespaço como fonte para os jornalistas.** Salvador. Calandra. 2003.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia.** São Paulo, Ática, 1988.
- PENA, Felipe. **Teoria da Biografia sem fim.** R.J. Ed. Mauad. 2004.
- _____ . **Teoria do Jornalismo.** S.P. Contexto. 2005.
- SODRÉ, Muniz. “Ética, política e psicanálise”. In: KOSOVSKI, Ester. **Ética na Comunicação.** RJ. Mauad. 1995.

²⁵ Marcondes Filho, p. 130.

- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. Florianópolis. Insular. 2004.